



Resolução de Conjuntura do 57º Conune OS ESTUDANTES VÃO DERROTAR BOLSONARO

"Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica".

Paulo Freire

O Governo Bolsonaro ataca o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, um dos grandes pensadores e formuladores de uma educação transformadora, libertadora e inclusiva. E esse ataque se dá pela perseguição a tudo e todos que apresentem uma perspectiva de fortalecimento do Brasil e do seu povo, pois a educação também solidifica a soberania nacional e os processos de emancipação popular. Não distante do que Paulo Freire representa, em maio de 2019, milhões de pessoas foram às ruas, convocadas pela União Nacional dos Estudantes, para defender a educação pública e lutar contra os cortes de 30% nos orçamentos das universidades federais. O Tsunami da Educação, como ficou conhecido, inaugurou um novo processo de resistência à retirada de direitos e à ofensiva do governo Bolsonaro contra o livre pensamento.

Estas mobilizações não ocorreram à toa. A educação tem sido terreno de embates ideológicos patrocinados pelo governo Bolsonaro, assim como vem sendo utilizada como moeda de troca na tática do governo de aprovação da Reforma da Previdência e tem sido alvo sensível de cortes que afetaram materialmente a vida de milhões de estudantes, intensificados a partir da indicação do atual Ministro da Educação, Abraham Weintraub. A equipe governamental ignora toda a complexidade da difícil realidade educacional brasileira, deixa de prestar o devido suporte para superá-las e de garantir um ensino público, gratuito e de qualidade para todos bem como concentra-se em atacar a atuação de professores, a organização de estudantes e a autonomia universitária, pilar central das universidades públicas, não respeitando a vontade da comunidade acadêmica na eleição de seus próprios reitores.

Bolsonaro e Weintraub se opõem à transformação que a educação brasileira passou na última década, resultado de políticas públicas de democratização das universidades, conquistadas nos governos de Lula e Dilma. A expansão das universidades federais, que possibilitou o acesso à milhares de estudantes em todo o país; cursos noturnos foram criados para que a classe trabalhadora pudesse estudar; as universidades foram interiorizadas e Institutos Federais foram criados. O ENEM e o SISU, além do ProUni e o FIES nas universidades privadas, assim como as cotas sócio raciais nas públicas, contribuíram para uma drástica mudança na composição social das instituições de ensino superior brasileiras. Aprovamos com muita luta e pressão da UNE o atual Plano Nacional de Educação (2014-2024), que representa o que de mais avançado a classe trabalhadora conseguiu construir no que diz respeito a política pública e planejamento de educação. Entretanto, com o governo golpista de Temer, uma série de metas já deixaram de serem cumpridas, sobretudo com a asfixia financeira representada pela Emenda do Teto de Gastos (PEC 95/2016) e pelo desmonte da Petrobrás, que impede com que verbas da exploração do Pré-Sal venham para a Educação. Faltam cinco anos para a finalização do prazo de concretização do PNE e o que vemos é um Plano meticulosamente ignorado e destruído, que significa um agravamento da crise educacional que precisamos enfrentar. Por isso, precisamos lutar por cada uma destas conquistas históricas e resistir em defesa das cotas sociais e raciais no Brasil, garantindo também a permanência de cada um e cada uma destas estudantes que passaram a estar no ambiente universitário.

A defesa da educação passa pela garantia de qualidade. Mas também é fundamental continuar a luta pela popula-



10 à 14 de Julho 2019
Universidade de Brasília - UnB
Brasília- DF



rização do ensino superior. A universidade mudou de cara nos últimos anos e, apesar de ainda haver um longo caminho pela frente, é evidente que pessoas de baixa renda puderam começar a acessar este instrumento de transformação social, sendo um desafio do movimento estudantil assegurar a entrada e permanência do povo brasileiro nas universidades. A constituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) permitiu que o povo quilombola e do campo pudesse acessar o ensino superior.

Na contramão disso tudo, a Emenda Constitucional 95 inviabilizou boa parte das metas do Plano Nacional de Educação. A acentuada mercantilização do ensino faz com que as universidades privadas invistam cada vez menos em qualidade e o governo propaga a vontade de cobrar mensalidades também nas instituições públicas. É dever da UNE defender a universidade pública de qualidade e estritamente gratuita, construindo uma campanha permanente em defesa da educação pública. A partir de uma portaria do Ministério da Educação, as universidades podem começar a ofertar quase metade de suas disciplinas em ensino à distância, representando um tremendo retrocesso. O PIBID é cada vez mais ameaçado e o programa Ciência Sem Fronteiras foi encerrado. A reforma trabalhista e a terceirização irrestrita permitiu que diversos conglomerados educacionais demitissem professores apenas para recontratá-los em seguida sob um regime mais precarizado.

Para piorar, os cortes na educação ameaçam todo o funcionamento das universidades. Primeiro Weintraub anunciou que investiria menos nas áreas das humanidades. Depois anunciaram um grande corte nos recursos da educação de em média 30% do orçamento de cada universidade e Instituto Federal. Para piorar a situação, justificaram tais medidas através da absurda afirmação de que as universidades brasileiras promovem “balbúrdia”.

Estes cortes ameaçam o futuro do Brasil! É na universidade pública que se realiza boa parte da produção científica existente no país. É lá também que a juventude deposita suas expectativas para mudar a sua vida e de suas famílias. Defender a educação pública e barrar os cortes de Bolsonaro e Weintraub é, portanto, tarefa imediata do movimento estudantil.

Mas não é apenas o financiamento que é atacado. Professores e estudantes são perseguidos e Bolsonaro e Weintraub querem influenciar diretamente naquilo que é estudado em sala de aula, ferindo a liberdade de cátedra. Para isso, o governo não respeita as consultas realizadas nas universidades e nomeia reitores com maior afinidade com seu projeto político. Além disso, a Lei da Mordaza procura criminalizar toda forma de pensamento livre e crítico.

EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

A situação das universidades estaduais não é menos preocupante. A crise financeira pela qual passa os estados retira qualquer prioridade de investimentos. São alarmantes as situações de universidades como a UERJ e a UERGS. Além da falta de investimento, também podemos citar a perseguição política que os setores mais reacionários do estado de São Paulo estão promovendo sobre as estaduais paulistas através da CPI dessas universidades. As universidades estaduais cumprem papel importante no desenvolvimento econômico e social regional. São elas que contam com maiores condições de alavancar os índices socioeconômicos dos locais em que estão inseridas. Por isso, é urgente um plano de reestruturação das universidades estaduais para retirá-las da crise e a inserção do movimento estudantil na construção dos Planos de Educação Estaduais, debatendo novas formas de financiamento, assistência estudantil e implementação de cotas.



10 à 14 de Julho 2019
Universidade de Brasília - UnB
Brasília- DF



EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA: EM DEFESA DOS ESTUDANTES DO PROUNI E DO FIES

O Ensino Superior privado concentra cerca de 75% das matrículas no país e por isso merece atenção especial. Essas instituições possuem uma grande diversidade, desde grandes conglomerados até universidades filantrópicas e comunitárias. Mas na maioria delas, a assistência estudantil costuma ser deixada de lado, assim como a liberdade de organização estudantil. A autonomia do movimento estudantil deve ser respeitada.

Os estudantes que acessaram o ensino superior através de políticas como o ProUni e o FIES precisam ter condições de permanecer na universidade e se formar. Por isso, a concessão de bolsas precisa estar atrelada a uma séria política de assistência estudantil.

Defendemos o fim das disciplinas online obrigatórias, que prejudicam a qualidade do ensino e impedem que o estudante tenha a opção de cursá-la de maneira presencial, caso queira.

Cabe também destacar a necessidade de proibir a participação de capital estrangeiro na educação brasileira, para que nosso ensino e pesquisa não obedeçam aos interesses externos, pondo em risco um projeto soberano de desenvolvimento.

Outro aspecto importante são os contínuos aumentos abusivos de mensalidade, que muitas vezes são repostos acima dos índices de inflação e sem qualquer retorno de investimentos.

A atual crise econômica atinge os jovens com ainda mais força: é na juventude que estão os maiores índices de desemprego, desalento e informalidade, aprofundados pela Reforma Trabalhista.

Dados divulgados pelo Ministério da Educação em junho de 2018 informam que as dívidas das pessoas inadimplentes com o FIES somam um total de R\$ 10 bilhões e mais de 450 mil estudantes que estão em fase de amortização não estão em dia com o pagamento das parcelas. Isto se trata, na verdade, de uma inviabilização do futuro do Brasil. Defendemos o perdão das dívidas do FIES!

Além disso, estudantes de muitas dessas instituições ainda são obrigados a pagar taxas extras em serviços importantes da universidade, como para emissão de histórico escolar ou segunda via de diversos documentos, prova substitutiva, entre outros. Isso é um abuso somado às altas mensalidades, e a luta do movimento estudantil já provou que é possível mudar essa situação: aprovamos no Rio de Janeiro a lei estadual nº 7783, de 13 de novembro de 2017, que proíbe essas cobranças, mesmo ingressando contra essa lei no STF as IES privadas foram derrotadas.

Precisamos levar essa iniciativa para o resto do Brasil!

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: QUEM ENTROU QUER SE FORMAR

Os desafios da universidade mudaram muito a partir do momento em que sua composição social foi alterada. Hoje a universidade é mais diversa, com mais mulheres, negros, índios, quilombolas e trabalhadores. Apesar disso, ainda temos muito a avançar. É preciso garantir as condições necessárias para que todos que entrem na universidade tenham condições de se formar, através da consolidação do Plano Nacional de Assistência Estudantil.

Universidade sem aluno não é universidade! Ao lado do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, devemos nos preocupar, em mesmo esforço, com a permanência. A assistência estudantil precisa ser uma política de Estado, um direito garantido na constituição.

A universidade de hoje cumpre um papel importante de formação profissional, mas é preciso ampliar este espectro, aliando à formação de um pensamento crítico e a circulação de conhecimento através das mais diferentes



10 à 14 de Julho 2019
Universidade de Brasília - UnB
Brasília- DF



áreas do saber, posicionando a universidade em relação a um projeto nacional de desenvolvimento voltado para todo o seu povo, que ajude o país a superar o atraso e a alcançar os desafios da revolução tecnológica. Este é um debate tanto para as universidades públicas, quanto para as privadas. Para derrotar os cortes e defender a educação, convocamos os estudantes brasileiros à realizar assembleias em todas as universidades no mês de agosto, culminando no 3º dia nacional de mobilização no dia 13. Fora Weintraub!

Brasília, 13 de Julho de 2019.
União Nacional dos Estudantes



10 à 14 de Julho 2019
Universidade de Brasília - UnB
Brasília– DF